

Resenha de *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* (org. Isis Herrero López, Cecilia Alvstad, Johanna Akujärvi e Synnøve Skarsbø Lindtner). Québec: Éditions québécoises de l'œuvre, 2018, 294 p.

Review of de *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* (org. Isis Herrero López, Cecilia Alvstad, Johanna Akujärvi e Synnøve Skarsbø Lindtner). Québec: Éditions québécoises de l'œuvre, 2018, 294 p.



Beatriz Regina Guimarães BARBOZA<sup>i</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Esta resenha aborda resumidamente a proposta das organizadoras do livro *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* e o conteúdo de seus capítulos, uma vez que são sínteses de diversas pesquisas extensas do grupo *Travelling Texts: Translation and Transnational Reception* (2014–2018) da Faculdade de Humanidades da Universidade de Oslo. Essa parceria de trabalhos foi um dos desenvolvimentos do projeto de pesquisa *Voices of Translation: Rewriting Literary Texts in a Scandinavian Context*, financiado por essa universidade e pelo governo da Noruega de 2012 a 2017. Ao refletirem sobre a tradução sob o recorte de gênero no contexto escandinavo, o volume traz importantes investigações históricas e de recepção, dentro de uma perspectiva cuidadosamente contextualizada. Contando com pesquisadoras de diferentes formações acadêmicas, algumas mais experientes nos Estudos da Tradução do que outras, o livro traz estudos sobre a literatura clássica e mulheres nos contextos de recepção escandinavos; o gênero como um componente central na recepção de escritoras suecas afora; filósofas: da ausência à presença gendrada; e agentes culturais: negociando com ideologias de gênero. Assim, o que podemos verificar neste volume é uma valiosa colaboração entre os Estudos da Tradução e a História, a Literatura e a Filosofia pelo recorte de gênero, especificamente no contexto escandinavo, o que exemplifica como esse tipo de investigação se dá em especificidades locais, um assunto extremamente importante para os Estudos Feministas de Tradução. Através desse tipo de abordagens, é possível promover pesquisas que contemplem fenômenos sociais em sua complexidade, tendo em vista práticas mais igualitárias como aquelas contempladas pelos feminismos.

**Palavras-chave:** Estudos Feministas de Tradução. Estudos da Tradução. Estudos de Gênero. Estudos de Recepção. Escandinávia.

**Abstract:** *This review addresses briefly the proposal of the editors of the book Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception and the content of its chapters, since they are summaries of several extensive researches of the group Travelling Texts: Translation and Transnational Reception (2014-2018) of the Faculty of Humanities of the University of Oslo. This work partnership was one of the developments of the research project Voices of Translation: Rewriting Literary Texts in the Scandinavian Context, with fundings by that university and the Norwegian government from 2012 to 2017. Reflecting on translation with a gender focus in the Scandinavian context, the volume gathers important historical and reception investigations, within a carefully contextualized perspective. Counting with scholars from different academic backgrounds, some more experienced in Translation Studies than others, the book brings studies on classical literature and women in Scandinavian reception contexts; gender as a central component in the reception of Swedish female authors abroad; women philosophers: from absence to gendered presence; and cultural agents: negotiating with gender ideologies. Then, what we can see in this volume is a valuable collaboration between Translation Studies and History, Literature and Philosophy with a gender focus, specifically in the Scandinavian context, which exemplifies how this type of research works in local specificities, an extremely important subject for the Feminist Translation Studies. By the means of this type of approach, it is possible to foster a kind of research that considers social phenomena in their complexity, in view of more egalitarian practices such as those regarded by feminisms.*

**Key-words:** *Feminist Translation Studies. Translation Studies. Gender Studies. Reception Studies. Scandinavia.*

RECEBIDO EM: 01/10/2018

ACEITO EM: 12/11/2018

PUBLICADO EM: dezembro 2018

152

**E**m meio às crescentes publicações sobre Gênero e Tradução, o volume *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* (2018) é uma feliz realização dentro da coleção Vita Traductiva. Na introdução, escrita pelas organizadoras Cecilia Alvstad e Isis Herrero López, delimita-se a proposta de apresentar como questões de gênero afetam a tradução e recepção transnacional de textos literários e filosóficos, escritos ou traduzidos na maior parte dos casos por autores/as ou tradutores/as da Escandinávia, tratando da especificidade do contexto e de seus/suas inúmeros/as agentes reais envolvidos/as. Essa abordagem está em grande consonância com a perspectiva dos Estudos Feministas de Tradução atuais, que, na busca por uma coalizão transnacional, desejam conhecer as especificidades dos debates locais para que elas não sejam solapadas pelas categorias provenientes de outras localidades (o que muitas vezes acontece devido às assimetrias de poder, a violência epistêmica) ou conhecidas de forma estereotipada. As organizadoras conhecem muito bem o terreno no qual situam seu trabalho, resumindo as diferentes perspectivas que tem orientado as pesquisas em Tradução e Gênero nas últimas décadas. No entanto, não utilizam o termo *Feminist Translation Studies*, ainda que Olga Castro — por elas citada, inclusive — tenha recentemente organizado junto de Emek Ergun um volume com esse mesmo nome em 2017. Suspeita-se, portanto, que o presente livro tenha sido elaborado antes da publicação de *Feminist Translation Studies*, e podemos nos perguntar se não seria de interesse das editoras que o nome fosse adotado, uma vez que elas mesmas constatarem o fortalecimento do campo que emerge da intersecção entre os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero desde os anos 80. De toda forma, elas seguem justamente na linha das abordagens contextuais, prestando atenção às demandas do campo, tanto em termos de tópicos — uma investigação mais profunda sobre agentes reais de tradução, e não abstrações teóricas, e como atuam na recepção de traduções no recorte de gênero — quanto em termos geográficos, a Escandinávia, pouco abordada pelos Estudos Feministas da Tradução e pelos estudos de recepção transnacional em tradução em geral.

Esse enfoque proposto pelo volume explora a complexidade dessas relações e o quanto indivíduos reais possuem distintas concepções sobre como lidar com questões de gênero. Assim, elas seguem desenvolvendo alguns temas pertinentes ao processo: como traduções

alteram a interpretação que se faz de seus textos de partida (aspecto pouco observado nos Estudos Literários, que, diversas vezes, elaboram a partir de traduções e não de textos de partida), as diferenças entre traduções (incluindo aspectos paratextuais e até o formato de publicação, como antologias) e como tudo isso afeta a recepção de textos e de seus/suas autores/as; quem é selecionado/a para ser traduzido/a, seja do ponto de vista de sua importância em sua própria cultura e o interesse no sistema cultural que fará a tradução. Portanto, esta publicação explora como a tradução interfere em textos e em contextos de recepção, assim como representa um espaço de ativismo para mulheres em momentos em que pouco destaque é dado à sua produção autoral, entre outros tópicos. Esta resenha se destina a repassar brevemente as perspectivas de cada capítulo, ainda que isso a torne extensa, uma vez que não se pode avaliar o livro como um todo sem entender as diferenças entre as pesquisas de cada autor/a que o compõe.

O volume em si é parte de uma coleção derivada da ação de um grupo de pesquisa atuante entre 2014 e 2018 da Faculdade de Humanidades da Universidade de Oslo chamado *Travelling Texts: Translation and Transnational Reception*, que, além deste, gerou mais 9 trabalhos dentro dessa grande proposta, com base em congressos temáticos. O grupo foi um dos desenvolvimentos do projeto de pesquisa *Voices of Translation: Rewriting Literary Texts in a Scandinavian Context*, financiado pelo governo da Noruega e pela Universidade durante 2012 a 2017. Esse conjunto de pesquisadoras busca difundir o conhecimento acerca de como traduções foram orientadas diferentemente em cada contexto sociocultural ao longo da História, reconhecendo o impacto que traduções têm nas culturas e como intermedia valores ideológicos e estéticos. Sua formação é diversificada, contando com professoras de departamentos de Língua ou Literatura do árabe, alemão, espanhol, turco, grego antigo, inglês, francês, persa, assim como os Estudos sobre Ibsen e Literatura Comparada, algumas de mais experiência em Tradução, outras ainda conhecendo a área. Isso é perceptível na presença bem pequena de referenciais nos Estudos da Tradução, ausentes em certos capítulos, embora outros os contenham prolificamente, como o de Elke Brems. Logo, o presente volume, integrando os outros da coleção *Vita Traductiva* — também provenientes dos eventos organizados pelo grupo —, oferece uma grande oportunidade de conhecer o que se produz nele no tocante aos debates de gênero e quais outros grupos ou pesquisadoras se conectam com ele através das redes formadas pelos encontros transnacionais. Como as organizadoras sintetizam, o livro "é uma investigação sobre como gênero afeta o processo, produto e recepção de tradução"<sup>iii</sup> dentro desse recorte. Elas dividem o livro em quatro seções: literatura clássica e mulheres nos contextos de

recepção escandinavos; o gênero como um componente central na recepção de escritoras suecas afora; filósofas: da ausência à presença gendrada; e agentes culturais: negociando com ideologias de gênero.

A primeira seção começa com um capítulo de Johanna Akujärvi sobre as três únicas tradutoras suecas de literatura em grego ou latim antes do século XX: Maria Gustava Gyllenstierna, Hedvig Charlotta Nordenflycht e Anna Maria Lenngrenn. "A Male Privilege? Women and the History of Swedish Translations of Ancient Literature before 1900" traz uma extensa pesquisa historiográfica para contar como foi possível a prática de tradução dessas mulheres, também poetas, e suas características, bastante conforme a linha de investigação dos Estudos Feministas da Tradução que realizam um resgate do trabalho de mulheres tradutoras. O status da tradução na Suécia era o de uma atividade literária que demonstrava habilidades na escrita, o que era de interesse para promover ascensão profissional. Porém, com um sistema de ensino voltado aos homens, somente mulheres de classes altas e de famílias que incentivavam habilidades variadas tinham acesso ao conhecimento de línguas estrangeiras. O latim, o grego e o hebraico, no entanto, permaneciam restritos aos homens, devido ao seu alto prestígio — não só na Suécia, como em outros países na Europa —, portanto, o número de mulheres tradutoras de línguas antigas era extremamente exíguo. Assim, o êxito do texto de Akujärvi é mostrar algumas informações sobre a formação diferenciada de Maria Gustava Gyllenstierna, Hedvig Charlotta Nordenflycht e Anna Maria Lenngrenn, quais fatores socioeconômicos e culturais influenciaram sua prática tradutória — inclusive o quanto sua forma de traduzir ora se aproximava daquela de homens da época, ora propunha releituras ousadas dos textos que escolhiam — e que interesses pessoais ou conexões sociais moviam suas escolhas de textos a serem traduzidos. Ressalta-se que a produção publicada delas, ainda que pequena, foi a única do latim e/ou grego feita por mulheres no período entre 1780 e 1910, o que demonstra a importância de valorizar um estudo sobre sua prática e sua presença na história da tradução na Suécia.

O segundo capítulo deste bloco traz uma abordagem diacrônica das traduções da comédia *Lisístrata*, de Aristófanes, adaptadas às produções teatrais norueguesas, tendo por enfoque a forma como as alusões referentes a aspectos de gênero foram trabalhadas. "Translation, Adaptation and Allusion: Aristophanes' *Lysistrata* on Norwegian Stages 1933–2010", de Tor Ivar Østmoe, apresenta de forma concisa e muito bem delimitada sua proposta: parte da noção de textos fonte como "pré-textos" de Mieke Bal e observa um constante fator de adaptação presente na tradução de peças gregas antigas para sua encenação atual, com

acréscimos visando a recepção norueguesa, que o autor chama de alusões. Neste trabalho, Østmoe as focaliza por questões de gênero ou relativos a ele, dada a trama da peça, que mostra um cenário de conflito entre Atenas e Esparta a partir da ocupação da Acrópole (onde estão recursos para guerra) pelas mulheres de ambas cidades e subsequente greve de sexo delas para forçar os homens a acabarem com a guerra. No caso, são analisadas as linhas 142-154 — pois mostram uma cena representativa da discussão das mulheres sobre sua tática para interromper a guerra — das traduções de Gunnar Larsen (1933), de Bjørn Endreson (1976) — estas duas primeiras publicadas em livro também —, de Svein Selvig (1981) em parceria com o diretor grego Stavros Doufexis e uma última por Ragnar Olsen (2010). Repassando cada uma delas, Østmoe demonstra como cada uma traz tantos elementos da cultura e contexto gregos, marcando roupas, hábitos e localizações, quanto também se aproximam da realidade das mulheres norueguesas de suas respectivas épocas, acompanhando também a evolução dos debates feministas no país. Essas alusões, assim, funcionam para marcar a autenticidade da tradução na questão de gênero, conectando os dois principais referenciais em questão. Se desde a primeira tradução ficou marcada a demanda pela inclusão de mulheres na esfera política, ainda que mitigada pela comédia da peça, na década de 70 ela apareceu ainda mais revolucionária. Nas próximas traduções, adquiriu cada vez mais traços da luta feminista, visibilizando, inclusive, o desejo sexual das mulheres e sua presença fora da esfera doméstica. Portanto, o capítulo de Østmoe mostra como, ao longo do tempo, a ferramenta das alusões esteve muito presente no recorte de gênero para realizar uma recepção da peça *Lisístrata* ao público norueguês, fornecendo novas interpretações históricas para os propósitos de tradutores/as, demonstrando os avanços na luta das mulheres.

A segunda seção inicia com a análise de material (jornalístico, epistolar e paratextual) relativo ao debate das traduções de Friedrika Bremer nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos de 1840, partindo de sua principal tradutora, Mary Howitt. O capítulo de Åsa Arping, assim, traz um vasto material especializado sobre Friedrika Bremer, a primeira autora sueca de renome internacional, muito lida por mulheres de classe média e alta, e cujos escritos apresentavam vários paralelos com a literatura vitoriana escrita por mulheres no século XIX, conforme aponta Carol Hanbery MacKay. No centro da discussão de Arping está Mary Howitt, escritora e tradutora que também foi próxima de Bremer, que causou uma celeuma com seu prefácio à tradução de *New Sketches of Every-Day Life* (1844), criticando reimpressões baratas de traduções desta nos Estados Unidos e no Reino Unido (às vezes baseadas nas traduções alemãs, e não no texto de partida em sueco), sem respeito ao esforço e qualidade de seu trabalho,

vendido em edições um pouco mais caras. Arping, então, aprofunda-se no tema de direitos autorais, que, na visão de democracia estadunidense da época (endossada por jornais, principalmente), eram rejeitados como um empecilho à livre circulação de literatura que pudesse agregar positivamente ao novo país, mas aos quais Howitt se valia, corajosamente, para defender seu papel de principal tradutora de Bremer. Para esse debate, Arping recorre ao modelo de Petra Broomans e Ester Jiresch para identificar os modos de circulação literária, que vale ser considerado em comparação aos dos estudos tradutórios de recepção, ainda que a autora não os mencione, favorecendo um referencial teórico próximo de si. Neste capítulo, vemos, portanto, como interesses culturais são marcados por fatores políticos (no caso da tradução estadunidense, a disputa de poder cultural dos Estados Unidos ao relação ao Reino Unido para ter direito às traduções "pirateadas", ainda que muito se consumisse da antiga metrópole) e econômicos (no caso de Howitt contra as editoras britânicas, os direitos autorais a proteger a valorização do trabalho de uma tradutora empenhada). Porém, mais do que isso, o conflito foi crucialmente afetado por uma questão de gênero, como a hostilidade que ela recebeu por suas críticas, tendo suas habilidades tradutórias questionadas inclusive, uma vez que "uma inglesa a criticar o uso de linguagem e demandar regulações de mercado era um verdadeiro tapa na cara da identidade e autoimagem estadunidense" (p. 95). Um fator relevante desse estudo, também, é a minúcia com a qual se destrincha o processo sem se polarizar, mostrando que as acusações de Howitt não eram todas bem fundamentadas e apresentavam um caráter colonial sobre os Estados Unidos. Ou seja, Arping não encobre as falhas da tradutora (linguísticas e ideológicas). Porém, como a autora do capítulo conclui, ainda que a tradutora tenha se prejudicado em sua época, o posicionamento de Howitt foi importante para o crescente esforço de visibilizar o trabalho de tradutores/as e valorizá-lo, no caso, através de direitos autorais de tradução.

Yvonne Leffler, em "Gender and Bestsellers: The Swedish Novelist Emilie Flygare-Carlén outside Scandinavia" escreve sobre como o recorte de gênero influenciou as traduções da autora sueca mais traduzida antes de Selma Lagerlöf, Emilie Flygare-Carlén. A análise de Leffler se concentra em materiais paratextuais (capas, títulos e prefácios) para demonstrar como o sucesso internacional da literatura de Flygare-Carlén foi promovido por uma comercialização de seus livros como escritos por uma mulher e para mulheres, ainda que a crítica a tenha valorizado independentemente disso. Como demonstra a autora, a circulação dos textos de Flygare-Carlén fez parte de um fenômeno maior de popularização de histórias literárias no século XIX, no qual livros deixaram de ser exclusivamente artefatos de status para serem produzidos em massa. Nessa circulação, é muito pertinente a crítica de Leffler a Franco Moretti

e Pascale Casanova, pois, no caso da literatura escandinava, a principal língua de intermediação não era o francês (exceto pelas traduções para o italiano e o espanhol), nem sua circulação material dependia de Paris ou da França, mas em alemão, através da Alemanha, principalmente via arredores de Stuttgart ou Leipzig. Porém, a maior discrepância se dá em como ela era lida em seu país e nessas traduções, marcando a diferente apreciação de sua literatura pela crítica e outra pelo mercado. Se, na Suécia, Flygare-Carlén foi uma das primeiras romancistas (inclusive entre homens) e fundadoras do realismo, escrevendo sobre a vida de trabalhadoras/es e a costa sueca, internacionalmente ela foi vendida por suas narrativas de temas domésticos, emotivos, sobre jovens heroínas e seus dramas afetivos, de caráter bastante moralista. Leffler demonstra isso na forma como as capas de suas traduções eram feitas para atrair um público feminino, fossem elas de baixo custo ou mais requintadas com belas ilustrações, por exemplo, mostrando belas mulheres perto de homens cortejando-as, com uma paisagem ao fundo, que, no conjunto, não se podia localizar como nenhuma cena (no Brasil, pode-se fazer um paralelo com a Coleção Sabrina, da editora Nova Cultural). Em muitas traduções de seus livros, o nome de uma das personagens era explicitado no título, ainda que não fosse protagonista, e muitas vezes o gênero do texto também era acrescentado, enfatizando, por exemplo, seu sentimentalismo, embora a crítica tenha reconhecido seu talento enquanto escritora realista. Assim, Leffler repassa vários romances, analisando suas capas e títulos, demonstrando o quão feminizada foi a literatura de Flygare-Carlén, e que sua própria pessoa foi alvo desse processo. O capítulo de Leffler, pois, expõe como Emilie Flygare-Carlén, inovadora realista do século XIX que soube escrever sobre a baixa classe média, até então pouco representada tanto na Suécia quanto na Europa, foi traduzida para vender enquanto parte de uma tradição de mulheres escritoras adequando-se às expectativas patriarcais de gênero.

157

Em "Gender and Nationality in the French Reception of Selma Lagerlöf 1899-1912", Jenny Bergenmar utiliza a abordagem dos Estudos da Tradução de Lieven D'hulst (retomando a ideia de transferência cultural de Michel Espagne e Michael Werner) para analisar a recepção francesa das obras de Selma Lagerlöf, antes de receber o Nobel (1909) e o reflexo mais imediato após a premiação. Na França, sua obra foi principalmente introduzida pelo tradutor André Bellesort, no começo em parceria com Thekla Hammar. Para fundamentar teoricamente o capítulo, Bergenmar tem em vista dos conceitos de D'hulst dos "produtos concretos" da transferência cultural (as críticas em francês sobre a obra de Lagerlöf), a "transferência abstrata" da ideologia presente no processo, que é tanto um produto nesse modelo conceitual quanto uma visão de mundo, uma postura ante os textos da autora. Bergenmar, assim, demonstra como

"poder-se-ia dizer que uma certa imagem da Suécia é transferida e circulada como um efeito da transferência dos textos literários de Lagerlöf"<sup>iii</sup> (p. 131). Se havia proximidade cultural entre Suécia e Alemanha para suas primeiras traduções, justificando que fossem elas majoritariamente feitas ao alemão, sua tradução na França dependeu muito mais da repercussão de ser premiada com o Nobel (consagrando-a, conforme a autora associa ao termo usado por Pascale Casanova) e a iniciativa de agentes culturais. Para realizar essa análise, a autora do capítulo presta especial atenção e valor à tese de Anne Theodora Nelson, *The Critical Reception of Selma Lagerlöf in France* (1962), tanto em seu conteúdo quanto em suas referências, mas reconhece a falta de uma análise sobre gênero e nacionalidade na recepção de Lagerlöf na França, e a isso se propõe em seu texto. Segundo Bergenmar, a escritora sueca foi tanto criticada quanto elogiada por aspectos de gênero desde sua recepção na própria Suécia, como dotada de escritos inocentes e ingênuos, e sua própria pessoa qualificada muitas vezes como uma "professorinha" que escrevia sobre os contos de transmissão oral ouvidos em sua infância. Além disso, devido às opiniões de Oscar Levertin e Vermer von Heidenstan, a crítica de sua fase inicial a vinculava excessivamente com sua terra natal, Värmland, como se Lagerlöf fosse a voz de uma Suécia rural, representante de seus valores morais. Sua recepção na França também se deu sob esse prisma, contrariando novamente outra concepção de Casanova, na qual a importação de textos literários se dava na França ao tomá-los por sua universalidade. Em termos de gênero, inúmeros/as críticos/as e tradutores/as franceses/as a enquadraram como representação da feminilidade tradicional e inofensiva de figura materna, modelo para as mulheres francesas, sob influência de sua recepção na própria Suécia. Bergenmar reconhece que Lagerlöf utilizava a figura da mulher contadora de histórias, que esse papel não foi passivamente atribuído a ela, mas isso não justifica toda a perspectiva de gênero na qual ela foi encaixada. Pois, de fato, se a crítica não a encarava como feminista, foi através de sua participação no 6º Congresso Internacional da Aliança pelo Voto das Mulheres (1911), em Estocolmo, como oradora convidada, e sua fala, "Home and State", consagrou-a como feminista. Bergenmar, portanto, consegue se apoiar em elementos selecionados pelos critérios de D'hulst para analisar criticamente a recepção francesa de Lagerlöf pelo recorte de gênero e nacionalidade antes de sua consagração feminista, como nos termos de Casanova, ainda que criticando esta teórica a partir de como a literatura da autora sueca entrou na França.

Abrindo a terceira seção, o capítulo de Tove Pettersen é menos dificilmente sintetizado do que os outros — ainda que de extensão similar, com a mesma densidade investigativa dos outros capítulos —, pois parte de uma pesquisa sobre os motivos pelos quais filósofas são



menos lidas que seus colegas homens, e chega-se à conclusão de que é exclusivamente pelo fator de gênero. Em "Texts Less Travelled: The Case of Women Philosophers", Pettersen discute vários dos mitos sobre as razões pelas quais na Filosofia o gênero de quem os escreve pode alterar como os textos são lidos, divulgados e traduzidos, inclusive dificultando ou até barrando que sejam traduzidos, como se mostra neste capítulo. Há tempos existe registro da participação de mulheres em debates filosóficos, e hoje facilmente se tem acesso aos seus textos, mas na história da Filosofia europeia, elas ainda permanecem minoritárias. Esse apagamento impede que elas sejam vistas como fundamentais ao diálogo com outros filósofos — estes presentes no cânone — e inclusive como predecessoras deles, sem receber nenhum crédito. Como Pettersen enfatiza, essa *injustiça epistêmica* (itálico da autora) age contra a vida dessas filósofas, o grupo ao qual pertencem, assim como a própria criação e circulação de conhecimento. Ao invisibilizar o registro passado, também se reforça no presente o preconceito de uma falta de vocação em mulheres para a Filosofia, minando seu próprio desenvolvimento hoje. Além disso, verifica-se uma marginalização da filosofia feminista contemporânea, embora o tópico de gênero, debatido nesse campo, seja uma questão filosófica igualmente discutida por autores presentes no cânone obrigatório. Pettersen divide sua discussão em três eixos: argumentos centrados na autoria, argumentos centrados no público leitor e estruturas institucionais e discursivas. No primeiro eixo, ela repassa alguns mitos e através de inúmeros exemplos, Pettersen demonstra que nenhuma objeção ao sucesso das mulheres a partir dessas perspectivas se sustenta. Um ponto, porém, que ressalta, é o quanto certos traços conectados com a "masculinidade" distinguiriam a escrita filosófica de qualidade nos padrões "ocidentais", como a clareza, precisão, estrutura lógica, abstração e impessoalidade, mas Pettersen expõe como diversos textos escritos por filósofos escapam dessa norma, e nem por isso deixam de ser valorizados. Mulheres, por outro lado, que não emulassem esses atributos, dificilmente obtinham repercussão. Observando pelo ponto de vista do público leitor, a autora retoma o quanto os binarismos socialmente construídos e reforçados influenciam a percepção de mulheres enquanto representantes de uma especificidade, sendo que a Filosofia deveria tratar daquilo que se supõe universal. Assim, ela diz que "consequentemente, tradutores/as, leitores/as e revisores/as tendem a focar no particular e contextual em trabalhos filosóficos de autoria de mulheres, deixando passar esses elementos e acentuando o universal em textos de filósofos"<sup>iv</sup>. Por isso, também raramente são vistas como originais, mas discípulas de homens, sendo que inúmeras vezes foram predecessoras ou fundamentais ao debate deles. Por fim, Pettersen afirma que, embora o público leitor possa ter um viés machista, há inúmeras exceções, qualificando o

preconceito enquanto estrutural. Este seria alimentado e propagado pelas normas e tradições da disciplina, com seus critérios sobre o que se pode considerar boa filosofia, representado por seu cânone, visivelmente androcêntrico. Assim, Pettersen conclui como o gênero da autoria é provavelmente um dos principais fatores para que os textos escritos por mulheres não viajem em tradução e não componham o cânone filosófico, e o quanto isso precisa ser alterado.

O breve capítulo de Ida Hove Solberg traz um tópico que tem sido bastante analisado em diversos países, que é a forma como *Le deuxième sexe* (1949), de Simone de Beauvoir, tem sido traduzido, dada a sua importância aos debates feministas desde sua publicação até hoje. Em "Clashing Methods, Common Goals? Negotiating Ideology in the 1970 Norwegian Translation of *Le deuxième sexe*", Solberg recorre ao conceito de Hanne Jansen e Anna Wegener de "múltipla autoria de tradução" (minha tradução de *multiple translatorship*) para abarcar as incoerências verificáveis nas duas edições da tradução norueguesa de *Le deuxième sexe*. Ambas foram publicadas entre 1970 e 1974 pela editora Pax, traduzidas majoritariamente por Rønnaug Eliassen e uma pequena parte por Atle Kittang. O primeiro aspecto que chamou sua atenção nessas publicações foi a sexualização e objetificação de mulheres nas capas dos livros, o que, em uma análise paratextual feminista como a proposta por Olga Castro, que Solberg aponta, é muito criticável. Por outro lado, as informações textuais nessas capas e contracapas variavam. Logo, a autora percebeu uma discrepância de intenções entre agentes responsáveis pelos elementos paratextuais, pois os textos reforçavam a centralidade do debate sobre o lugar da mulher na sociedade, ainda que de forma simplista por vezes, e as imagens traziam corpos de mulheres enquanto objetos sexualizados. Adiante, Solberg mostra como apenas um terço do livro foi traduzido em ambas edições e muitas das exclusões eram de passagens e capítulos envolvendo sexo e sexualidade, embora outros temas também tenham sido sujeitos de eliminação. A autora afirma que os cortes não se devem ao fato da Noruega ser mais fechada ao conteúdo do livro Beauvoir que a França, pois lá a recepção de *Le deuxième sexe* ainda era controversa. Em seguida, ela contextualiza os movimentos feministas na Noruega entre as décadas de 60 e 70, demonstrando que, embora ainda houvesse pouco consenso sobre as perspectivas sobre sexualidade das mulheres, cada vez mais o tópico da revolução sexual ganhava força. Porém, grupos surgidos antes dos anos 70 não tinham esse foco, o que pode diferenciar certas posturas nesse período, como a própria tradução do livro de Beauvoir, em especial porque Eliassen foi quem fez a sugestão inicial do que traduzir do conteúdo total. Portanto, Solberg analisa o histórico pessoal da tradutora e como seu ativismo se manifestava na tradução e, portanto, percebe-se que a omissão de conteúdos relativos a sexo

e sexualidade, mais abordados pela dita segunda onda feminista, não eram tão enfatizados pelos movimentos de sua geração. Por fim, traz-se o perfil editorial da Pax que, na época, era majoritariamente composto por homens e de visão conservadora (ainda que politicamente engajados com a esquerda), mas é muito difícil rastrear os/as vários/as agentes responsáveis pelo resultado final e seu caráter incoerente. Retomando seus referenciais de multiplicidade de autoria de tradução, Jansen e Wegener reconhecem que a maior parte da preparação de uma publicação é feita de forma não registrada, tornando quase impossível compreender quem decidiu o que e por quê. Porém, pela incoerência entre paratexto e imagem, Solberg supõe que os/as próprios/as agentes da editora não tinham uma mesma opinião sobre a tradução de *Le deuxième sexe*, de tal forma que talvez o critério comercial tenha sido um dos determinantes, conforme Olga Castro aponta sobre paratextos. Assim, nota-se como o formato final dessas duas edições da tradução do livro de Beauvoir na Noruega, na década de 70, apresentam uma série de características textuais e paratextuais que não podem ser simplesmente julgadas, mas precisam ser compreendidas na interação entre diversos/as agentes. Apesar de sua finalidade feminista, de acordo com o perfil político da própria editora e da militância de sua tradutora, certas características do corpo editorial e de Eliassen interferiram na forma como essa publicação foi realizada, o que dificilmente é visível sem investigação especializada.

161

O capítulo de Bente Christensen é o primeiro a apresentar o ponto de vista de uma tradutora, com 40 anos de prática. Se nos outros textos já era visível como as autoras colocavam suas sugestões em primeira pessoa, aqui chega-se a ter dimensão ainda mais subjetiva — quando a autora se expressa com exclamações, por exemplo. O tópico ao qual ela se dedica em "A Woman is a Woman is a Woman? — Simone de Beauvoir Transnationalized. A Translator's Point of View" é o que percebe estar em jogo nas traduções de textos de Simone de Beauvoir, partindo de sua própria experiência com alguns deles, uma vez que se tornou *a* tradutora de Beauvoir na Noruega. Depois de ter traduzido as memórias da autora francesa, Christensen foi chamada para realizar a tradução integral de *Le deuxième sexe* nos anos 90 e ser publicada na virada do século, uma vez que a versão da década de 70 (discutida no capítulo anterior), influenciada pela dita primeira onda feminista, não contemplava as demandas da seguinte. A tradutora demonstrou ter consciência sobre a densidade de sua tarefa, recorrendo tanto a Toril Moi, especialista internacional na obra de Beauvoir, assim como a Dag Østerberg, especialista em filosofia existencialista, para obter auxílio na tradução de conceitos filosóficos. Como afirma, há algumas dificuldades nesse tipo de tradução: muitos termos já foram traduzidos de certas formas no passado, mas sem conhecimento especializado, gerando traduções próximas

demais aos termos da língua de partida, por um lado; e, tratando-se de filosofia feminista, ela valoriza que nos libertemos das expressões tradicionais masculinas que circulam no meio filosófico. Outra dificuldade foi que a edição da Gallimard (1974) de referência que a tradutora tinha havia sofrido a perda de 100 páginas, uma publicação feita contra a vontade de Beauvoir por fins exclusivamente comerciais, barateando-a, mas a própria editora mudou sua política desde então e isso não mais aconteceria. Portanto, teve que buscar outra edição, então, da Folio/Essais de 1999. Em seguida, Christensen toma exemplos de outras autoras francófonas que ela traduziu, Marie Darrieussecq e Assia Djebar, para refletir sobre a chamada escrita *au féminin* conforme as ideias de Luce Irigaray e Hélène Cixous. A tradutora nota como a escrita de Beauvoir seria, de certa maneira, mais "cerebral", do que a das outras, que partem de uma corporalidade própria das mulheres em seus escritos, e como isso interfere em sua tradução. Ela, inclusive, teria um estilo de escrita muito similar em todos os gêneros em que trabalhava: "eloquente, precisa, com grande variação vocabular e terminologia apurada"<sup>v</sup>, não tão conectada com aquilo que se convencionou ser a "escrita feminina", mas aquela dentro da ordem falocêntrica. Assim, ao trabalhar com os textos de Beauvoir, Christensen foi atenta à voz deles, e, no caso de *Le deuxième sexe*, ela se entremeia de citações diversas para comprovar seu argumento. Aqui, ela menciona uma convenção importante de notar-se: na Noruega, citações de outros textos previamente traduzidos para o país devem ser reescritas conforme a tradução já feita. No caso de Beauvoir, que muitas vezes realiza citações sem as localizar especificamente, isso gerou um trabalho muito árduo que, por vezes, encontrou erros no próprio texto de Beauvoir. Como tradutora, ela não os corrigiu diretamente, mas os sinalizou em notas de rodapé, por valorizar como a autora trabalhava. Outra grande dificuldade que encontrou, e esta é pertinente ao debate dos Estudos Feministas de Tradução em sua vertente prática, foi a discrepância entre o gênero gramatical entre francês e norueguês e como isso dificultou a tradução de certas passagens. Consciente de sua atividade feminista, a tradutora optou pelas negociações que fossem mais condizentes com o texto, porém sem inovar em excesso, argumentando que se tratava de um texto de 1949. Isso nos permite imaginar que traduções mais subversivas só seriam aceitáveis para textos contemporâneos, se fôssemos observar a prática de Bente Christensen. Por fim, ela analisa outras traduções dos textos de Beauvoir para inglês, alemão, sueco e dinamarquês, e verifica que em todos os casos os textos foram recebidos por tradutoras especializadas e em certos casos até premiadas. A única exceção ocorreu na língua inglesa, com maioria de tradutores no século XX, o que, em sua visão, é a marca de prestígio de Beauvoir: "eu inclusive me arrisco dizer que a escolha por homens como tradutores

corroborou essa ideia, uma vez que homens tinham mais credibilidade no mundo literário naquele tempo<sup>vi</sup>. Conclui, pois, que Beauvoir tem sido amplamente traduzida, e não somente sua obra filosófica e ensaística, mas também seus romances. Isso demonstra seu prestígio, o que talvez ela tenha conseguido ao recorrer à linguagem dominante para ser compreendida, mas também foi que abriu alas para que sua mensagem se espalhasse e motivasse a subversão da ordem simbólica dominante.

A última seção, em seu primeiro capítulo, aborda como o escritor e tradutor belga Erwin Mortier promoveu a tradução de textos de enfermeiras anglófonas da época da Primeira Guerra Mundial ao holandês, o que por si apresentou aspectos positivos e outros negativos. Elke Brems, em "It is impossible to be a woman here: Great War Nurses Translated by a Belgian Author", demonstra como a Bélgica, por seu histórico de ser um dos campos de batalha centrais na Primeira Guerra Mundial, organizou atividades devido ao centenário dela. Porém, muitos assumem que não há uma literatura nacional de guerra, seja em francês ou em holandês, e o foco da autora deste artigo será sobre esta, do campo literário flamengo. Myrthel Van Etterbeeck afirma que existe essa literatura, porém dificultou-se sua canonização justamente pelas divisões ideológicas entre a Bélgica francófona e a falante de holandês, de tal sorte que não constaram na história literária do país. Por isso, houve um movimento posterior de importação de literatura de guerra, justificada pela autora através da teoria dos polissistemas de Even-Zohar, para preencher esse vácuo na região de Flandres. Ela afirma como essa temática literária é marcada por estereótipos de gênero, sendo a masculinidade intrinsecamente associada com a vivência dos soldados de trincheira, seja em sua exaltação quanto desilusão, na "literatura canônica de autoria de soldados", conforme diz Susan Grayzel. Já Pierre Schoentjes expõe como as personagens de mulheres na literatura de guerra representam frequentemente um perigo à virilidade dos homens, mas, no caso das enfermeiras, incorpora-se na feminilidade delas o estereótipo equivalente aos soldados, no caso, em seu cuidado e postura enquanto mães patriotas. Foi somente na virada dos anos 80 e 90 que os mitos de guerra começaram a ser desconstruídos e outras narrativas de e sobre mulheres foram trazidas à tona. Ruth Amossi, assim como outras pesquisadoras, encontram alguns traços em comum na literatura de enfermeiras dessa época: em geral são memórias e testemunhos nos quais a primeira pessoa assume uma dimensão coletiva; são recortados em cenas ao invés de formarem uma narrativa encadeada; apresentam discurso indireto; mantêm o estereótipo de feminilidade, excluindo sua sexualidade e corporeidade. Logo, seus escritos se mostravam mais como aquilo que se esperava que dissessem do que partiam de suas vozes individuais. Porém, três enfermeiras

distinguiam-se deste padrão, Enid Bagnold (Reino Unido, 1889–1891), Ellen La Motte (Estados Unidos, 1873–1961) e Mary Borden (Estados Unidos-Reino Unido, 1886–1968), por criticarem com cinismo e desgosto a cultura de patriotismo e heroísmo que era um fator de valorização na época da guerra, em um estilo literário bem mais ambicioso. Distintas do padrão, o trabalho delas foi resgatado pelo tradutor belga Erwin Mortier, primeiramente um escritor comprometido com os temas relativos a Primeira Guerra Mundial, que desejava preencher a lacuna de textos sobre aquele período. Para compreender como a voz do tradutor apareceu nessa empreitada e merece atenção, bastante original e única no contexto da Bélgica falante de holandês, Brems recorre aos estudos tradutológicos de Jeremy Munday, Cecilia Alvstad e Theo Hermans. Neste capítulo, ela se detém à discussão da voz do tradutor nos paratextos enquanto marca de sua agência, tanto nos peritextos quanto nos epitextos públicos, através de três assuntos principais: o autor-descobridor, a voz de mulher e a autoria de mulher. O primeiro tópico é um dos mais problemáticos, pois o tradutor se coloca no lugar de "descobridor" delas, às quais recorreu para criar as personagens de seu romance sobre a guerra, de forma que suas traduções dos livros delas são colocadas como uma consequência de seu próprio livro. No segundo, Brems percebe o quanto Mortier preocupa-se de fato com a ausência de vozes de mulheres nas narrativas sobre a guerra, mas ao agrupar as três enfermeiras em um conjunto representativo das mulheres, ele reduz a agência delas e apropria-se ao seu modo para veicular suas traduções. Porém, ele respeita suas distinções de estilo de escrita e nos paratextos dá-se destaque às representações das autoras, assim como seus nome, enquanto que o dele aparece menor. Nos prefácios, Mortier valoriza a autoria das mulheres, seu empenho intelectual e leva a sério seu papel na literatura moderna, censurando quem as tenha diminuído com argumentos misóginos. Porém, ele se apropria demais da autoria delas ao não respeitar escolhas textuais que fizeram, como no caso de La Motte, em que ele adicionou histórias que ela tinha desejado que ficassem de fora. No caso de Bagnold, ele revela no prefácio detalhes retirados da autobiografia da autora, informações que ela retirou de seus diários para que seu conteúdo representasse algo mais universal. Ou seja, Brems conclui que, embora a iniciativa de Erwin Mortier seja válida e importante, demonstrando sua admiração pela literatura potente de La Motte, Bagnold e Borden, a prática dele é de um descobridor que "coloniza" os romances delas.

Em "Jane Austen in Early 20<sup>th</sup>-Century Spain: What if Gender Ideologies Stayed the Same?", Isis Herrero López se propõe a analisar traduções de romances de Jane Austen antes e durante a ditadura franquista, verificando a continuidade de estereótipos sobre mulheres enquanto esposas e mães. O que ela traz em seu capítulo é uma revisão sobre a história da

Espanha durante a ditadura com o enfoque de gênero através da literatura, único capítulo que trata de textos e agentes fora do eixo escandinavo. O franquismo foi, de fato, cruel e opressor, mas a censura daquele período não teria sido tão autoritária, do ponto de vista da autora, com relação à sociedade em geral, às mulheres e aos livros em particular. López busca, então, discorrer sobre a complexidade desse contexto para relativizar uma perspectiva já tão enfatizada e, certas vezes, exagerada sobre o que houve, sustentando que as ideologias de gênero presentes na ditadura foram uma continuidade daquelas já existentes ao período anterior a ela. Como objeto de análise, ela toma traduções de romances de Jane Austen prévias ao começo da ditadura e várias que foram publicadas durante o *Primeiro Franquismo* (1939-1959), situando-a junto de outras autoras anglófonas traduzidas na época como Louisa Alcott, Charlotte e Emily Brontë, George Elliot e Elizabeth Gaskell, cujos escritos apresentavam representações subversivas de mulheres para sua época. Primeiro, ela explica o processo de submissão de manuscritos ao comitê de censura e, como o processo era todo documentado por escrito, o material fornece interessantes informações sobre o que o orientava, inclusive o quanto ele era relapso. Segundo, López justifica o perfil conservador e prudente com relação a riscos financeiros das editoras espanholas pelo fato de somente 30% da população ser alfabetizada entre o século XIX e XX, compondo um pequeno público leitor. Porém, como Gracia Navas aponta, é peculiar que nesse contexto tímido não se tenha considerado traduzir autoras famosas em seus respectivos países, garantindo-se com sua fama a segurança de um lucro possível no mercado espanhol. O primeiro livro de Austen a ser traduzido na Espanha foi *Persuasion* (1919), seguido de *Northanger Abbey* (1921) e *Pride and Prejudice* (1924). Junto dos livros das outras autoras mencionadas anteriormente, López analisa que esses romances não tiveram destaque muito provavelmente porque não atendiam às expectativas de leitura de época do período monárquico (1874-1931) e da Segunda República (1931-1939). Recorrendo a Víctor Fuentes, a autora aponta como a literatura da década de 20 em diante foi marcada pelo viés da luta de classes, o que minimizou a importância dessas autoras em um primeiro momento, porque as editoras não relacionavam a literatura delas com a luta pelos direitos das mulheres. Durante a guerra, publicações sofreram um baque drástico e, após a imposição da ditadura, todas as editoras e seus/suas agentes, autores/as e tradutores/as, tiveram que ceder às regulações para continuar publicando. Neste contexto, no entanto, os livros de Austen e das outras autoras anglófonas se tornaram extremamente populares, pois foram vendidos pelas editoras como romances românticos, uma vez não defendiam abertamente a libertação das mulheres, e apresentavam narrativas tradicionais terminadas em casamento. Assim, em consonância com a ideologia promovida pelo

regime franquista, essas traduções foram bem recebidas como exemplos de estereótipos de mulheres e tiveram ampla autorização para serem traduzidas: dois terços dos envios ao comitê de censura foram encontrados pela pesquisadora como efetivamente publicados. Em seguida, ela se detém na forma como os romances de Austen foram traduzidos, antes e depois da ditadura, para analisar como a questão de gênero foi manipulada e perceber que as ideologias existentes anteriormente ao franquismo sobreviveram durante ele. Realizando um cotejo de trechos de cinco traduções de *Northanger Abbey*, uma de 1920 e outras quatro da década de 40; e quatro traduções de *Pride and Prejudice* nos anos de 1940, López demonstra que todas as traduções tendem a manipular o texto, mais ou menos, de forma a reforçar a atribuição de papéis conservadores às mulheres com relação à maternidade e ao casamento. Porém, ao contrário do que costuma se supor, as traduções não permitem dizer que houve um recrudescimento com relação a esse estereótipo durante a ditadura, somente uma continuidade das ideologias de gênero restritivas que já existiam na Espanha. Alguns desses estereótipos conservadores vieram, paradoxalmente, de uma tradutora republicana de 1921, Isabel Oyarzába, que em sua vida atuava contra tais ideias, conforme notado por Juan Jesús Zaro. Assim, junto de outras pesquisas por companheiras acadêmicas que investigam as traduções de outras autoras anglófonas, López consegue relativizar a visão que se tem sobre esse período, mostrando que as ideologias de gênero presentes durante a ditadura não eram uma novidade, nem empréstimo de metade do século XIX, mas mantinham continuidade com os anos da República. Ela enfatiza, por fim, a necessidade de estudar a História, e seus complexos contextos, na hora de avaliar como traduções foram feitas, contribuindo para compreender os valores da sociedade em geral de cada época. Esse critério histórico, de seu ponto de vista, é um daqueles que viria a complementar as propostas de análise feitas por Olga Castro em 2009 com base no "Princípio do Masculino-como-Norma", e este pode ser uma de suas contribuições gerais mais importantes.

Por fim, Synnøve Skarsbø Lindtner analisa o papel da editora Pax na contribuição aos debates feministas na Noruega nas décadas de 60 e 70 no capítulo "Norwegian 'New Feminism' and the Formative Role of the Pax Paperback", marcadamente enfocando em mídia, comunicação e mercado editorial. Novamente, questiona-se uma narrativa dominante sobre um período, desta vez, sobre como o feminismo estadunidense teria influenciado o novo movimento feminista norueguês na década de 70. Lindtner ressalta que uma grande contribuição aos feminismos na Noruega nesta época veio dos pensamentos radicais europeus que circulavam desde antes, e como a editora Pax foi central na publicação deles. Para isso, ela



contextualiza o "Novo feminismo" norueguês — enquanto parte de um fenômeno crescente desde metade dos anos 60 no mundo "ocidental" —, sua composição e pautas gerais, tendo como principais atividades as de conscientização em encontros públicos e privados, assim como protestos públicos estéticos e simbólicos. Retomando o trabalho da etnóloga Hilde Danielsen, textos feministas, nesse contexto, criavam solidariedade e identificação entre mulheres, possibilitando a comunicação entre feministas através de fronteiras. Nesse fluxo, muito do movimento estadunidense chegou até a Noruega através de textos trazidos por jovens estudantes que iam para universidades nos Estados Unidos, mas também através de publicações profissionais de editoras no começo dos anos 70. Com isso, muitos termos fundamentais às causas feministas foram importados, o que marca a sua influência, e isso também é confirmado pelas narrativas de ativistas feministas norueguesas da época. Porém, muitas concepções sobre o "Novo feminismo" na Noruega o mostram como uniforme e sem controvérsias, perdendo de vista suas particularidades em meio à dita segunda onda, por exemplo: apesar da tendência a rejeitar instituições políticas, muitas faziam parte de organizações políticas e partidos; a visão de um alinhamento individualista não faz jus à presença de inúmeras que eram declaradamente socialistas e críticas ao capitalismo; e, além disso, supõe-se que sua formação política e cultural tenha se dado nos anos 70, mas várias se fundamentaram na cultura pública dos anos 60. Assim, Lindtner afirma que seu capítulo se propõe a justamente rever as origens geográficas e temporais do "Novo feminismo" norueguês, reconhecendo na editora Pax uma agente fundamental no diálogo entre os debates na Noruega e aqueles da Europa e Estados Unidos em termos de feminismos. Para isso, a autora se apoia no conceito sociológico de "cultura pública" de Bernhard Peters, que trata daquilo que se compartilha e faz parte dos debates de um público amplo em um determinado contexto histórico, sendo antes um espaço de expressão controverso que está em transformação e que não é marcado por consenso. Com distintas formas de comunicação, essa cultura se orienta pela argumentação. Lindtner, pois, afirma que a editora Pax de fato afetou a formação da opinião e deliberação pública com suas publicações, sendo parte formadora dessa cultura pública. Para tal, ela remonta ao histórico da editora, fundada pelo pacifista Tor Bjerkmann em 1964, cujas publicações em brochura de baixo custo em pouco tempo se tornaram a principal via de importação de literatura sobre tópicos sociais e políticos na Noruega, atendendo à demanda de estudantes e intelectuais. Desde o começo, a editora publicou textos que promoviam ideais radicais, escritos por intelectuais da Nova Esquerda, que justamente articulavam experiências pessoais às estruturas sociais, conforme essa tendência incentivava que se fizesse. Somente no final dos anos 60 que o feminismo se tornou um foco

de atenção definido para a editora, inclusive através de mudanças dentro de sua própria estrutura. Assim, foi nos anos 70 que Bjerkmann reconheceu a grande demanda por textos feministas e passou a de fato promover maior tradução e publicação deles. É possível reconhecer um afastamento das tendências maoístas que estavam se tornando influentes em algumas organizações de mulheres norueguesas, os textos publicados se alinhavam mais às correntes marxistas. Conforme Helsvig, a editora teria tido um importante papel na formação de um diálogo entre o Movimento das Mulheres e o establishment político, sem, no entanto, deixar de publicar obras que compreendessem a vasta variedade de perspectivas dos movimentos feministas. Quanto à publicação de traduções de textos feministas dos Estados Unidos, Lindtner enfatiza que, ao invés de serem simples adaptações, percebe-se nelas que lidaram criticamente com seu conteúdo tendo em vista o público leitor da Noruega. Além disso, reconhece como algumas dessas traduções atenuavam alguns tópicos sobre a revolução sexual, o que pode demonstrar a resistência do movimento feminista tradicional norueguês àquilo que enxergavam como individualismo no feminismo radical estadunidense. Por fim, a publicação diversificada, em consonância com uma proposta editorial de localização política variada, no entanto, passou a afastar leitoras/es a partir dos anos 80, pois não reconheciam mais na Pax as ideias que dialogavam com que importava aos movimentos. Assim, Lindtner conclui o quanto as traduções e livros editados pela Pax tiveram importância à cultura pública do "Novo feminismo" norueguês, notando inclusive grande influência de outras fontes da Nova Esquerda que não passavam pelos Estados Unidos, ao contrário do que se costuma supor.

Portanto, o que podemos verificar neste volume é uma preciosa contribuição do/ao estudo da História, da Literatura e da Filosofia em Tradução pelo critério de gênero, especificamente no contexto escandinavo, o que exemplifica como esse tipo de investigação se dá em especificidades locais. Ao longo dos tempos e através de localidades, a forma como textos — escritos por mulheres ou que contém representações delas — circulam ou não, como são recebidos, por quem, através de quem, e como essa multiplicidade de agentes reais atua, com motivações muitas vezes contrastantes, é um assunto extremamente importante para os Estudos Feministas de Tradução. Assim como as que se encontram neste volume, análises críticas nos auxiliam a imaginar práticas diferentes que, talvez, cumpram com propostas tradutórias mais igualitárias para o presente e para o futuro. Como os Estudos da Tradução são uma disciplina de caráter aberto à interdisciplinaridade, é esperado que se encontre tantas abordagens como as que vemos neste volume: seja pela literatura comparada, pela sociologia, pelos estudos de recepção, por paradigmas específicos da tradutologia e inclusive o recurso a

alguns/algumas de seus/suas teóricos/as sem que seja feita uma investigação profunda neste sentido. Percebe-se que os Estudos da Tradução, na maior parte dos casos, entraram como uma ferramenta metodológica, não muito central em alguns capítulos, mas porque os próprios objetos — selecionados pelo critério de gênero e circunscritos na/pela Escandinávia, com exceção da Bélgica e Espanha — demandavam uma abordagem de contextos tão complexa que era inevitável que diversos enfoques recebessem tanto ou mais atenção que as reflexões tradutológicas. Além disso, tal postura pode ser justificada pelo interesse das organizadoras de priorizar em sua escolha trabalhos que mostrassem os/as agentes reais e não tanto abstrações teóricas, como mencionado anteriormente, e por isso talvez a teoria tenha aparecido como uma sustentação. De toda forma, tomara que futuras publicações como esta, de muitos outros contextos, possam surgir e permitam diálogos com as produções dos Estudos Feministas de Tradução.

---

i Beatriz Regina Guimarães BARBOZA - Doutoranda em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Estudos da Tradução (2018) pela mesma universidade e Bacharela em Estudos Literários (2016) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do grupo de estudos GEFIT-UFSC. Bolsista CAPES. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5227888337267200> E-mail: [beatriz.r.barboza@gmail.com](mailto:beatriz.r.barboza@gmail.com)

A presente resenha foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ii ["inquiry into how gender affects the translation process, product and reception"]

iii ["One could say that a certain image of Sweden is transferred and circulated as an effect of the transfer of Lagerlöf's literary texts"]

iv ["translators, readers and reviewers tend to focus on the particular and contextual in philosophical works authored by women, and overlook these elements and accentuate the universal in texts by male philosophers"]

v ["eloquent, precise, with a very varied vocabulary and an accurate terminology"]

vi ["I also dare say that the choice of men as translators corroborated that idea, as men had more credibility in the literary world at that time"]